

Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales

The Annales and problem-history – considerations about the importance of the notion of “problem-history” to the identity of the Annales School

Los Annales y la historia problema – consideraciones sobre la importancia de la noción de “historia problema” para la identidad de la Escuela de Annales

*José D’Assunção Barros**

Resumo

Este artigo visa examinar o movimento dos Annales atentando para um dos seus principais itens programáticos: a história-problema. As críticas dos historiadores do movimento dos Annales contra a história factual, a história política tradicional e a história narrativa são examinadas em autores como Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Jacques Le Goff e outros. Ao lado da oposição entre história-problema e história factual também é discutida a oposição entre história-problema e história-conjectura.

Palavras-chave: Annales. História-problema. Historiografia.

Introdução: os Annales e seu programa

O movimento de historiadores franceses que ficou conhecido como “Escola dos Annales” e que desde 1929 conheceu três ou quatro gerações ou fases na sua trajetória foi um dos mais importantes movimentos historiográficos do século XX, como bem se sabe nos meios historiográficos europeus e americanos e particularmente no Brasil, país no qual os annalistas exerce-

* Professor Adjunto da UFRRJ, Doutor em História pela UFF.

Recebido em: maio 2012 - Aprovado em: jul. 2012
<http://dx.doi.org/10.5335/hdt.v.12-n.2.2420>

ram bastante influência desde as suas primeiras gerações de historiadores. Embora alguns autores contestem a utilização da expressão “Escola dos Annales” como designativa para o movimento, a expressão tornou-se usual. É defensável, inclusive, a designação de “escola” para o movimento dos Annales, se considerarmos que existe certo programa historiográfico que traz alguma unidade aos historiadores ligados às sucessivas gerações de historiadores franceses que fundaram ou reivindicaram a herança do movimento. São muito evocados, para definir os caminhos trilhados pelo movimento, alguns itens programáticos fundamentais, como a prática e estímulo da Interdisciplinaridade, a ampliação de temáticas historiográficas, a gradual expansão de tipos de fontes históricas motivada pelos historiadores do movimento, e uma crítica mais ou menos veemente à história política tradicional na época dos fundadores do movimento, sobretudo nas duas primeiras gerações de Annalistas. Outro item programático de grande importância para o movimento dos Annales foi a conclamação a novos usos e experimentações relacionadas ao conceito de “tempo histórico”; os trabalhos na faixa da “longa duração”, por exemplo, tornaram-se bastante típicos de alguns historiadores ligados a cada uma das três ou quatro gerações de historiadores annalistas. Uma atenção à incorporação do Espaço como instância fundamental para o trabalho historiográfico também pode ser evocada como item programático importante. Já nem falaremos da proposta de uma “história total” – item fundamental para as gerações de

Bloch e Braudel, mas que muitos apontam como um ponto de ruptura dessas duas gerações em relação à terceira geração do movimento, que se afirma após o ano de 1969 com mudanças na administração e estrutura das instituições ligadas ao grupo dos Annales.

A evocação de uma “história-problema” como signo identitário importante para o movimento dos Annales é o item programático que discutiremos em maior detalhe neste artigo. Essa noção tornou-se de longe o instrumento mais combativo e reluzente do programa dos Annales, pois permitia afrontar, através de um novo conceito e de uma nova definição para uma história que se queria nova, o frágil universo dos modelos de historiografia que se limitavam a narrar os fatos ou a expor informações, de maneira meramente descritiva. A bandeira da “história-problema”, uma novidade necessária nos inícios da atividade dos historiadores dos Annales, em 1929, tinha cores bem vivas e transluzia à distância – se pudermos utilizar essa metáfora – sobretudo quando era bem agitada nos manifestos da Escola dos Annales. É impressionante constatar como, durante todo um século que abarca a pré-história e a história desta escola, perdura com a mesma intensidade aquela velha crítica dos Annales à “história factual”, através da oposição de uma história-problema – interpretativa, problematizada, apoiada em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento através de novas tábuas de leitura, e, na verdade, capaz de problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento. Essa história problematizada

é hoje, no século XXI, lugar comum para qualquer historiador formado historiador, e já era lugar quase comum na ocasião da retomada dessa tremulante bandeira por Lucien Febvre em 1946, ou pelo menos em 1953, assim como o fora pelo menos para um setor importante da historiografia do século XIX anterior à própria pré-história dos Annales.

As posições contra a história factual não foram criadas pelos Annales e a crítica ao factual já aparece em grupos diversos de historiadores ao longo da história da historiografia. Voltaire já se pronunciava contra a história que apenas acumulava informações sobre acontecimentos políticos, já clamava por um futuro historiográfico no qual seria possível conhecer “a verdadeira história dos homens, ao invés de se conhecer apenas uma ínfima parte da história dos reis e das cortes” (EHRARD; PALMADE, 1964, p. 161-163). Na primeira geração de historiadores franceses que se projeta após a Restauração, com nomes como o de Guizot e Thierry, já aparece a simultânea recusa de “uma escrita histórica puramente factual, desprovida de sentido, à maneira dos eruditos ultra-realistas, e a escrita de um sentido da história sem fatos, à maneira da história filosófica das Luzes” (DOSSE, 2001, p. 12-13). Esses historiadores já começam a problematizar a história como lugar de uma luta social implacável e Marx os considerava os introdutores da perspectiva de “luta de classes” na história. Na verdade, esse conceito já aparece em John Millar (1735-1801). O historiador alemão Johann Gustav Droysen também discorreria criticamente so-

bre a história factual no *Historik* (1858), e mesmo Jacques Le Goff, em 1978, no seu prefácio para *A nova história* (2011, p. 145-152), reconheceria um significativo grupo de precursores que havia precedido Bloch e Febvre na crítica contra a história factual política, citando nomes como o de Voltaire, Chateaubriand, Guizot, Michelet e Simiand. Desse modo, a ideia de que a história era meramente factual ou narrativa até ser subitamente problematizada pelos Annales e outros historiadores do século XX é puro exagero. Por outro lado, é verdade que um historiador que se propusesse meramente a narrar e descrever os fatos – e alguns fizeram isso – não precisaria no século XIX temer ser estigmatizado. No século XX, passadas as quatro primeiras décadas, passa a ser a mais típica ofensa trocada entre historiadores a palavra “positivista” – empregada com o sentido de “historiador factual”, sentido que foi propagado pelos textos de Febvre e que na verdade trai o significado filosófico da palavra, já que o positivismo deve ser mais corretamente associado a um paradigma historiográfico.

De todo modo, pode-se dizer não apenas que a luta contra a história factual era já relativamente antiga nos tempos de Lucien Febvre e Marc Bloch, como também o eram as próprias vitórias contra a história factual. Por outro lado, mesmo quando a “história factual” já estaria longe de ser dominante, percebe-se a força desse conceito-de-guerra, o mais comovente de todos os instrumentos programáticos empunhados pelos annalistas das duas primeiras gerações. No mesmo texto-manifesto que

atrás citamos, escrito dezessete anos depois do lançamento do primeiro número da *Revista dos Annales* e republicado sete anos mais tarde na coletânea *Combates pela história*, continuamos a ver o velho Febvre esbravejar sarcasticamente contra os historiadores factuais:

Muitos historiadores, e dos bens formados e conscientes, o que é pior, muitos historiadores se deixam ainda perder pelas próprias lições dos vencidos de 1870*. Ah, eles trabalham muito bem! Eles fazem história do mesmo modo que suas avós se dedicavam à tapeçaria. Pontinho por pontinho. Eles são aplicados. Mas quando lhes perguntamos por que este trabalho todo, a melhor resposta que conseguem dar, com um sorriso de criança, é a palavra cândida do velho Ranke: “Para saber exatamente como é que as coisas aconteceram”. Com todos os detalhes, naturalmente (Lucien Febvre, *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*, 1946) (FEBVRE, 2011, p. 82).

A menção ao famoso dito de Ranke merece alguns comentários, antes de prosseguirmos na análise das críticas de Febvre à história factual, nesse pequeno trecho. Quando se quer, uma frase extraída do seu texto e do seu contexto, desconectada de suas intertextualidades ou desligada da sua intencionalidade, pode passar a significar muita coisa. Isso já havia ocorrido há algumas décadas com o velho dito de Ranke, que adquirira existência em separado do próprio texto no qual inicialmente estava inscrito, o que acabou lhe conferindo outro sentido. Na verdade, ao dizer que pretendia “contar os fatos tal como aconteceram”, Ranke estava criticando um se-

tor da historiografia que se comprazia em “julgar a história”, uma crítica que, aliás, também fará Marc Bloch em sua *Apologia da história* (1943). Também queria dizer que não pretendia utilizar a história como “mestra da vida”, como tinham feito historiadores como Maquiavel, entregando-se à ambição de utilizar a história para “instruir o futuro”. Seu dito também era uma declaração de humildade historiográfica, a humildade do historiador diante da história, de sua complexidade, de seus desígnios (pois a postura de Ranke diante da história era profundamente religiosa, embora Deus não entrasse em sua história). Por fim, “contar os fatos como aconteceram” era também chamar atenção para seu distanciamento em relação aos romancistas históricos: não pretendia florear a história, não ambicionava, em uma palavra, láureas literárias, e estaria sempre alerta para que a arte literária não ocultasse a história, não lhe roubasse a cena. No texto original de Ranke, dialogando com outras de suas partes, a célebre frase de Ranke complementava esses sentidos. Contudo, recortado com impiedade ou veneração do texto dentro do qual esse dito apresentava outras possibilidades de sentido, e exposto isoladamente, como aforismo, essa frase facilmente se transformava no principal refrão de um hino da história factual¹. O “dito de Ranke” adquiriu, com o tempo, esse duplo sentido de resignação à factualidade e de que o historiador poderia almejar absoluta neutralidade na elaboração do conhecimento histórico. Foi utilizado com esse sentido tanto por críticos da história factual, como por seus cultuadores

tardios. Com isso, claro, ganhou vida própria para além do que pensaria ou poderia ter desejado Ranke. É como um pequeno vitral que espelha as ambições da “história historizante” que este dito reaparece mencionado no texto de Lucien Febvre.² Com relação ao seu autor, Leopold von Ranke, sempre muito depreciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, curiosamente o historiador alemão já parece se beneficiar de uma imagem menos estigmatizada nos escritos de Fernando Braudel, que pelo menos uma vez o reconhece como um dos poucos “grandes espíritos” do século XIX – ao lado de Michelet, Burckhardt e Fustel de Coulanges – que ainda possuem visões de longo alcance e que resistem ao estreito modelo de história acontecimental que meramente reproduz o nível dos documentos (BRAUDEL, 2011, p. 92).

Vamos nos deter agora na menção à prática historiográfica que Febvre evoca através da imagem dos “trabalhadores tapeceiros”, que fazem a “história ponto a ponto”, da maneira análoga às práticas de costura “de suas avós”. Febvre dá a entender que um número significativo de historiadores profissionais (“bem formados e conscientes”) ainda se entregaria a essa prática factual. Quase chegados os anos 1950,³ podemos dizer que isso configura em certo exagero útil. É verdade que, no século XIX, encontraremos historiadores factuais em bom número e o filósofo Friedrich Nietzsche já contra eles desfechava a sua sarcástica crítica utilizando a mesma metáfora da “historiografia de tapeçaria” (1873).⁴ Mas já existia desde aquela mesma época historiadores problematiza-

dores. De todo modo, ao menos com referência aos manuais, é possível ainda falar em uma factualidade dominante para o “século da história”.⁵ Todavia, adentrando o século XX e avançando no decorrer da significativa renovação historiográfica que gradualmente domina este novo século – do Mar do Norte ao Mediterrâneo e do Canadá à Argentina –, seria já difícil encontrar muitos historiadores profissionais (e conscientes) que insistissem no “fato pelo fato” e que estranhassem a ideia de que “o fato é construção do historiador”. Braudel, em 1958, para continuar agitando veementemente a bandeira da história-problema contra os “ingênuos operários” da história factual, teria de se esmerar para achar alguma agulha no palheiro, mas só acabou mesmo encontrando uma frase já um pouco antiga, mas suficientemente infeliz, em um manual de 1946 assinado por Louis Halphen (1880-1950) – uma frase que, ao ser evocada depreciativamente pelo maior historiador annalista de sua época,⁶ terminaria por eternizar Halphen como um factualista tardio, ou como o chefe dos últimos “tapeceiros ingênuos”. De fato, nesse dito, ainda mais adequado que o de Ranke para expor a ingenuidade dos historiadores factuais, Halphen parece afirmar que as fontes podem falar por si mesmas ao historiador:

Basta deixar-se de algum modo levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para ver a corrente dos fatos se reconstituir quase automaticamente (HALPHEN, 1946, p. 50).⁷

Essa frase, que quase poderia ser recolhida como um bom epitáfio para a histo-

riografia factual, é antípoda de outra que faria fortuna como aforismo da história nova. Referimo-nos à frase em que Marc Bloch, em sua famosa *Apologia da história* (1941-1942), diz-nos que “os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los” (FEBVRE, 2011, p. 82).⁸ São frases antípodas porque a sentença proferida por Louis Halphen jaz bem enterrada no cemitério dos ditos factuais; enquanto a de Marc Bloch, no outro hemisfério teórico-metodológico, hoje habita o seio de toda nova historiografia. A ideia halpheniana de que “os fatos por si mesmos falam”, a partir do que apresentam os documentos, é de fato o oposto da ideia blochiana de que “os documentos só dizem algo quando sabemos interrogá-los (isto é, quando os constituímos a partir de problemas)”. Uma frase e outra foram criadas sem mútuo reconhecimento. Bloch não leu o manual de Halphen, que ainda não havia sido escrito quando ele mesmo escreveu o seu pequeno ensaio sobre “o ofício do historiador” e Halphen já havia editado o seu singelo manual quando o livro de Marc Bloch, tardia e postumamente, foi publicado.⁹ Apesar de não terem sido concebidas uma em relação à outra, as duas frases parecem se opor admiravelmente. São tão antagônicas como o são a velha e popular frase de Seignobos – “sem documento não há história” – e a réplica de Lucien Febvre, “sem problema não há história”, ela sim escrita, neste caso, em provocação direta contra o velho historiador metódico.

Voltando à frase de Louis Halphen – um historiador que também já havia sido tomado como exemplo negativo por Lucien

Febvre, precisamente a pretexto de um escrito sobre “A história historizante” (1947) – a sentença ganhou mais tarde vida própria¹⁰. Hoje conhecemos mais a Louis Halphen por causa dessa frase e das críticas que lhe moveram Febvre e Braudel do que por suas já esquecidas obras sobre história medieval.¹¹ O que teria desejado dizer Louis Halphen com essa frase? Que sentidos poderiam lhe ser acrescentados? Poderia ser tomada como uma metáfora sobre o entusiasmo de um historiador diante das possibilidades do seu ofício, ou talvez como um convite para que os historiadores em formação se empenhassem em enxergar as sociedades e a vida humana pulsando através dos documentos? Hoje isso não importa muito. Uma frase como essa, nas mãos de perspicazes historiadores preocupados em chamar atenção para a eterna atualidade de uma acirrada luta em favor da “história problema”, só poderia mesmo se tornar um útil aforismo a ser incorporado ao longo hino da história factual.

Convenhamos, todavia, que uma frase como essa já não podia representar, bem passados os meados do século XX, o pensamento de um setor significativo da historiografia profissional (formada em universidades, a partir de estudos específicos de historiografia). No entanto, Braudel continuaria a bradar o grito de guerra contra a ameaça factual, como também o fizera Febvre no seu texto-manifesto (“Contra o Vento”), escrito naquele mesmo ano de 1946. Por que essa insistência em entoar tão alto, e com ares de novidade, o mesmo hino antifactual que já havia sido muito bem incorporado pela comunidade dos his-

toridores? Porque isso é um “programa”. O programa é constituído de coisas que são verdadeiras cartas de intenção, demandas novas e urgentes, mas também de coisas úteis. A “história-problema”, uma canção nova no alvorecer do século XX, continuou a ser uma canção útil em meados deste mesmo século, e mesmo além. Era ainda útil até mesmo evocar o velho inimigo, os “velhos metódicos” – os historiadores historizantes que dominavam o universo institucional francês em 1870 – e que no texto-manifesto de Febvre aparecem referidos na passagem sobre “as lições dos vencidos de 1870” (atrás assinalado com um asterisco). Um programa, é preciso sempre lembrar, contém não apenas planos de ação e objetivos atuais, mas também elementos tradicionais a serem evocados, velhas canções às quais as vozes dos membros da escola já estão mais confortavelmente acostumadas, e às quais o público também se habituou a aplaudir ou vaiar. Um programa é feito do presente, do futuro e do passado de uma escola. A identidade envolve memória.

Um pequeno parêntese é oportuno. Quando afirmamos que, passados os meados do século XX, seria razoavelmente difícil encontrar “historiadores factuais” entre os historiadores profissionais – isto é, entre os historiadores de formação universitária em história, esses mesmos que, tendo por mestres outros historiadores de formação, aprendem na sua versão mais moderna este ofício e também a lidar cientificamente com esse campo de saber – isso não quer dizer, em absoluto, que seria igualmente difícil encontrar nessa época

– e mesmo hoje – a “história factual”. Devemos entender duas coisas. Em primeiro lugar, os gêneros históricos não são apenas escritos por historiadores de formação. Os autodidatas, os diletantes, os antiquários, os estudiosos com formações diversas também os escrevem. Em segundo lugar, os ‘historiadores de formação’ que não são “historiadores factuais” podem escrever perfeitamente “história factual”, quando se dirigem a públicos diversos. Existem obras de divulgação, voltadas para o grande público, cujo objetivo maior é fornecer informações, expor curiosidades históricas, ou mesmo contar uma boa história. Existem empresas, sindicatos e partidos políticos que contratam historiadores profissionais para escrever uma história institucional: de resto, factual. Escrever história factual, ou contar uma boa história, pode ser uma tarefa legítima a cargo de um “historiador não factual”. O que não pode ocorrer, nas épocas em que a história problematizada já passou à matriz disciplinar da história, é que um historiador de formação escreva “história factual” visando um público formado por outros historiadores. Um artigo factual, nos dias de hoje, não seria aceito em uma revista histórica acadêmica, mas artigos como esse são perfeitamente aceitos para as revistas de divulgação que são vendidas nas bancas de jornal. Tudo está em se pensar no público ou nos objetivos que se tem em vista ao se escrever um texto. De igual maneira, uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado que não seja problematizada (que seja meramente factual) não seria aceita pela academia. Nos dias de hoje, e já há muitas décadas, a

primeira lição que se aprende em um curso de graduação em História é que não é mais possível, do ponto de vista da historiografia científica, escrever “história factual”, ou, pelo menos, que não é mais possível sustentar a história factual como um modelo de excelência. Essa tarefa – escrever obras de história factual – não está proibida fora dos muros das universidades, dos congressos científicos e das prateleiras realmente especializadas. Dependendo do seu objetivo e do público a que se dirige, a “história factual”, e também a história meramente narrativa, no sentido tradicional, é aceitável. O que não é aceitável é o “historiador factual” que se forme “historiador factual”. Esse historiador já está em extinção desde meados do século XX, se não antes. Seria correto dizer o seguinte: hoje em dia existem ainda muitas histórias factuais, mesmo escritas por bons historiadores (não factuais). Mas não existe mais uma ‘concepção factual da História.’¹²

Fechado o parênteses, voltemos agora ao programa dos Annales, no ponto preciso em que havíamos interrompido a nossa exposição sobre os itens programáticos do movimento. Nos tempos mais maduros de Febvre, em fins da primeira metade do século XX, a figura do “historiador factual” já era uma página praticamente virada na história da historiografia. Mas, como dissemos, o passado também faz parte de um programa de escola, e as velhas lições precisam ser repetidas de vez em quando. No texto-manifesto sobre os novos Annales (“Contra o vento”), Lucien Febvre praticamente encerra com este belo parágrafo a questão da história-problema:

Peço aos historiadores, quando vão ao trabalho, que não o façam como se fossem de encontro a Magendie: Magendie, mestre de Claude Bernard, precursor da fisiologia, que sentia tanto prazer em deambular, com as mãos nos bolsos, através de fatos raros e curiosos e, como o trapeiro – assim dizia ele –, através dos objetos. Eu lhes peço para ir ao trabalho como Claude Bernard, com uma boa hipótese em mente. E que jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de fatos às margens do Sena. Que nos dêem uma História, não uma História automática, mas, sim, problemática (Lucien Febvre, *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*, 1946) (FEBVRE, 2011, p. 84).¹³

Nessa passagem, como em outras, Febvre afronta mais uma vez um modo muito específico escrever a história: o da organização do caos de eventos em uma trama da qual, antes mesmo da pesquisa, o historiador já conhece o seu fim. Esta narrativa linear, esta “história automática” – que tem como um de seus modelos fundamentais a biografia unilinear e falsamente coerente, com seus tão previsíveis início e fim – corresponde desde sempre a um dos principais pontos de ataque dos primeiros annalistas, e de Lucien Febvre em particular. Este tipo de “história narrativa” – coirmã e talvez gêmea siamesa daquilo que Febvre chamou de “história factual” – é a segunda entidade da tríade visada pelo historiador francês nos seus combates pela história: a “história factual”, a “história narrativa”, a “história [da] política”. Neste trio temos, senão o “eixo do mal” combatido por Lucien Febvre, pelo menos o “eixo banal” a ser por ele vilipendiado. Eis aqui, segundo

a ótica dos Annales e da nova historiografia, a tríade maldita, que não deixa de ser também um “diabo útil” para o discurso da renovação radical: certo modo de pesquisa (a história factual), uma determinada forma de reflexão e exposição (a história narrativa), e um campo temático específico de escolhas sobre o que estudar (a história política tradicional – essa que, rigorosamente falando, é apenas uma pequena fração da história política possível).¹⁴ No caso da história narrativa visada por Febvre, esta corresponderia ao modo de reflexão e exposição historiográfica que se compraz em extrair dos documentos os fatos (geralmente políticos) para depois ordená-los cronologicamente em uma linha banal e superficialmente compreensível, frequentemente ancorada em cadeias causais, outras vezes acumulativa de informações nem sempre necessárias (os eruditos “tapeceiros historiográficos”, atrás mencionados).

O terceiro elemento do “eixo banal” – a história política tradicional – tampouco deixou de ser um dos alvos preferidos de Lucien Febvre ao longo de toda a sua carreira de polemista. Jacques Le Goff, em uma das visões de conjunto que integra seu prefácio-manifesto para a coletânea *História nova* (1978) (LE GOFF, 2011, p. 136-137), lembra que em 1931 Lucien Febvre já atacava veementemente o modelo de história política que subjazia em certa *História diplomática da Europa* publicada por aquela época, e que, 15 anos mais tarde, ele voltaria à mesma tônica com uma resenha crítica ao livro *A paz armada (1871-1914)* (ROUBAUD, 1946; FEBVRE, 1946). Essa persistência de um mesmo

combate – e a conservação do mesmo “diabo útil” – tem-nos algo a dizer. Em 1931, conjurar a história política tradicional era decerto necessário. Em 1946, era apenas algo útil. A historiografia como um todo – na Europa e nas Américas – já havia se renovado com a emergência de novos campos históricos e de novos interesses temáticos. O materialismo histórico também já começara a contribuir sistematicamente com todo um filão de novas produções historiográficas. A história econômica já era uma realidade em quase todos os países. A história social – uma designação manifestamente vaga – já abrigava uma diversidade de campos temáticos que logo delineariam a sua própria identidade sob a forma de novos campos históricos. Em países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Suécia afirmava-se com especial projeção uma rica história das idéias. Uma história da cultura, abrigando diferentes perspectivas, já se esboçara como identidade mais definida e não tardaria a permitir que se pudesse falar com maior propriedade no campo da história cultural – que, de resto, já vinha se afirmando discretamente desde a segunda metade do século XIX, a ponto de provocar na Alemanha do final daquele mesmo século uma acirrada querela entre a ampla maioria de historiadores políticos e uma pequena minoria de historiadores culturais.¹⁵ Já havia em 1946 um impulso significativo para a constituição de muitos outros campos históricos além dos que já iam se fortalecendo, e mesmo a história política – ainda hoje um campo histórico legítimo, como sempre será – já começara a se diversificar mais com vistas a constituir

uma história política de tipo novo, pronta a estudar o poder em todos os seus níveis possíveis e para além dos estreitos limites do poder estatal, da diplomacia, da história das guerras, e das narrativas sobre a história dos grandes homens da política tradicional. Desse modo, os ataques à estreiteza da história política nos anos 1930, então necessários, passaram à categoria da utilidade quando nos aproximamos dos meados do século. Talvez não fossem mais necessários, mas ainda eram úteis. Continuavam a constituir um bom item para um programa. Um programa, conforme insistimos, faz-se de demandas necessárias e mesmo vitais, e também de simbolismos úteis – muitas vezes sob a forma de estandartes e de espantalhos. Com alguma frequência, um programa também precisa dos seus diabos. Quando um diabo morre, por vezes é preciso ressuscitá-lo, mesmo que através de aparelhos artificiais.

Na época dos terceiros Annales, uma insistência muito exagerada na história política como um “diabo útil” não será mais possível, pois já existe bem consolidada uma moderna história política e nos anos 1980 falar-se-á mesmo em um “retorno do político”.¹⁶ O próprio Jacques Le Goff, que é autor de prefácios que apresentam a produção coletiva da Nova História (com destaque para o prefácio-manifesto de 1978), escreveu, ele mesmo, um artigo no qual traça um panorama das novas possibilidades da história política: “Será ainda a política a ossatura da História?” (1972, p. 335-337). Todavia, é impressionante a preocupação deste líder da nova geração dos Annales em não abandonar

totalmente essa bandeira de crítica a uma história política tradicional que, a rigor, já tinha sido há muito destronada. No prefácio-manifesto para a coletânea *A história dos Annales* (1978), assim ele se expressa, de maneira sintomática:

Destronar a história política, esse foi o objetivo número um dos Annales, e permanece como uma preocupação de primeira ordem para a história nova, ainda que, como direi mais adiante, uma nova história política, ou melhor, uma história com uma nova concepção do político, deva se instaurar no domínio da história nova (LE GOFF, manifesto-prefácio para *A nova história*, 1978) (LE GOFF, 2011, p. 136-137).

De fato, parágrafos mais adiante, Jacques Le Goff irá corrigir essa primeira proposição, reconhecendo que, no mundo dos saberes sociais, já havia ocorrido desde os primeiros Annales uma inegável expansão da noção de “política” – diríamos que, na verdade, da própria noção de “poder”, que é na verdade o que funda o político. Com essas palavras, Le Goff reconhece que a história política dos seus dias, a mesma história política de hoje, já não tinha as mesmas limitações da tradicional história política do século XIX e das primeiras décadas do século XX:

A fobia da história política não é mais um artigo de fé, pois a noção de ‘política’ evoluiu, e as problemáticas do poder se impuseram à história nova. Igualmente o acontecimento, como demonstrou Pierre Nora, está em vias de ser reabilitado, sob novas bases (LE GOFF, manifesto-prefácio para *A nova história*, 1978) (LE GOFF, 2011, p. 166-167).¹⁷

Um aspecto da história política tradicional, contra a qual os Annales dirigiram o seu programa, é a forma específica de tratamento das “Biografias” que transparece nos historiadores do século XIX que se empenharam em elaborar uma “história dos grandes homens”. Thomas Carlyle foi um dos mais brilhantes cultores deste gênero historiográfico, que em suas obras aparece iluminado pela sua grande habilidade narrativa e seu grande talento literário. O que era fazer uma “história dos grandes homens” na época de predomínio da história política tradicional? Em primeiro lugar, era investir na ideia de que os indivíduos fazem a história, e de que eles são o grande centro das ações – e não os grupos sociais e as forças estruturais e coletivas. Em segundo lugar, esse modelo historiográfico de biografia nos leva de imediato a perguntar: mas quem eram os biografados? Não é difícil constatar que os biografados da “história dos grandes homens” eram sempre figuras típicas da história política. Tínhamos os reis, os generais, os papas, e os indivíduos que faziam parte da política tradicional – isso é, dos grandes circuitos do poder oficial. Essas figuras políticas – que eram personagens da história política através do governo, das guerras, da diplomacia e das instituições políticas – eram os elos que ligavam indissociavelmente a história dos grandes homens e a história política tradicional. O modelo, em muitos casos, era acrescido da tradicional maneira narrativa.

A implacável crítica dos Annales aos tradicionais modelos de biografia – ao se tornar bem sucedida a partir dos anos

1930 em associação a outros setores historiográficos que também criticaram o tradicional fazer biográfico – chegou a inibir um pouco, entre historiadores, a produção de obras relacionadas a esse gênero historiográfico. A tarefa de escrever biografias, que sempre foi um gênero muito popular e procurado por leitores de todos os tipos, deslocou-se mesmo dos historiadores da primeira metade do século XX para intelectuais de outras áreas, como os literatos e os jornalistas. Os anos 1980, já à época dos terceiros Annales, assistiram ao fenômeno que muitos chamaram de “retorno da biografia”. As novas biografias escritas pelos historiadores, contudo, seriam de um novo tipo. Para começar, os escolhidos para serem biografados não precisavam mais, necessariamente, corresponder a indivíduos que tivessem sido elevados à notoriedade pela história. Poderiam sê-lo, mas também surgiu um campo de estudos que buscava, através das histórias de vida de pessoas comuns, iluminar questões que diziam respeito à cultura, à economia, às mentalidades ou a política, agora em sentido ampliado (estudo dos poderes e micropoderes de todos os tipos, e não apenas os ligados aos círculos estatais e institucionais). Também os personagens que a história conduziu a posições de destaque poderiam continuar a serem biografados, mas agora necessariamente de uma nova maneira. Dá-nos exemplo a biografia sobre *Guilherme Marechal* (1984) produzida por Georges Duby (1919-1996), historiador ligado à terceira geração dos Annales, ou a obra sobre *São Luís* (1996), do próprio Jacques Le Goff. Trata-se de utilizar o biogra-

fado não para contar meramente uma história pessoal, mas para iluminar questões sociais mais amplas. Foi também o que fez o historiador Christopher Hill (1912-2003) – este já ligado à Escola Inglesa do Marxismo – ao estudar “Cromwell, o Eleito de Deus” (1970). A maneira de biografar, isto é, de conduzir a narrativa biográfica, também mereceria contribuições notáveis após este retorno da biografia. Um clássico para essa discussão é o artigo “Ilusão biográfica” de Bourdieu (1986), um sociólogo francês que trabalhou em forte sintonia com os terceiros e quartos Annales.

Com relação ao estilo, as novas biografias clamam por novos modos de narrar e por novas possibilidades de perceber a natureza humana. Pierre Bourdieu chama atenção para o fato de que, para além do mero empobrecimento de possibilidades que apresentam na escolha de seus biografados, as biografias que ainda seguem o modelo da historiografia tradicional costumam descrever a vida individual ainda de maneira demasiado linear, como um simplificado caminho teleológico que comporta “um começo (uma estreia na vida), etapas e um fim, no duplo sentido de termo e de objetivo” (BOURDIEU, 1986, p. 62-63). Ultrapassar esse modelo é ainda uma tarefa que se coloca à história nova, em sentido amplo, e mesmo os terceiros e quartos Annales apenas começaram a enfrentar essas novas possibilidades, conjuntamente com os micro-historiadores e os novos marxismos. Uma entrevista de Jacques Le Goff em torno de sua biografia sobre *São Luís* mostra-nos esse esforço:

Fiel à concepção de história-problema da Escola dos Annales, minha primeira dificuldade consistiu em definir uma problemática que me permitisse apreender o indivíduo São Luís em interação com a sociedade do século XIII, evitando o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou de a “ilusão biográfica”, que pretende que se considere a vida de um grande homem como alguém com um destino já traçado, excluindo as eventualidades da vida. Eu, ao contrário, limitei-me a mostrar as hesitações, as decisões e os momentos cruciais da vida de São Luís, a partir da sua infância de rei. Porque se o homem constrói sua vida, ele também é construído por ela (LE GOFF, entrevista, 1996).

Colocar-se em guarda contra a tendência em enxergar o grande indivíduo de maneira teleológica – isto é, como um caminho que aponta já para um fim que está previamente inscrito na cabeça do historiador, antes mesmo que ele comece a biografar – é, portanto, um alerta que deve acompanhar o historiador-biógrafo, pelo menos se este pretende efetivamente realizar uma biografia múltipla e verdadeira – e que, por assim o ser, pode ou mesmo deve ser, de certo modo, tão contraditória como a própria vida. Da “ilusão biográfica”, ademais, o historiador deve passar ao enfrentamento da “ilusão das fontes” – porque também elas impõem a sua teleologia, sobrepondo-a à teleologia que o historiador pode trazer espontaneamente antes de iniciar o seu trabalho.

Foram as fontes, na verdade, que representaram as principais dificuldades de meu trabalho de historiador, e isso por causa de sua própria natureza. De fato, uma grande parte dos documentos disponíveis sobre São Luís é de caráter haográfico ou normativo. Através de São

Luís pinta-se mais o retrato do rei que ele deveria ter sido do que o que foi realmente, como em *Les Miroirs des Princes*, textos que nos informam mais sobre a concepção do soberano ideal do que sobre a verdadeira personalidade dos reis. As qualidades e os fatos atribuídos a São Luís – freqüentar os pobres e os leprosos, oferecer numerosas esmolas, etc. – são assim atribuídos a outros reis. No entanto, eu tive algumas vezes a impressão de cair em detalhes suficientemente concretos de sua vida cotidiana para dizer: é ele finalmente. Mas mesmo aí eu tive surpresas desagradáveis (LE GOFF, Entrevista, 1996)

Existe, podemos concordar com Le Goff, um perigo que espreita o biógrafo dos personagens ilustres, e que já não afeta o biógrafo dos personagens anônimos. O indivíduo célebre – um rei, um líder, um santo – tem despejada sobre a sua memória, que vai se construindo já no seu próprio tempo, uma espécie de luz falsa (ou um feixe de luzes falsas). O indivíduo que nasce na notoriedade, ou que a adquire em função de alguma situação-limite, começa a ser construído coletivamente em paralelo à sua existência física e concreta. As fontes nos dão os sinais precisos dessa construção, da qual elas são a parte mais. Estudar essa construção e não apenas uma realidade historiográfica que seria aquela que envolve o próprio biografado, seria uma tarefa importante para uma historiografia nova que ainda vai se construindo.

Podemos retomar aqui as considerações sobre o Programa dos Annales. Conforme pudemos ver, a história-problema associa-se, sobretudo quando a surpreendemos nos textos fundadores e refundadores da Escola dos Annales, ao incansável

(e por vezes repetitivo) combate contra um modelo historiográfico fundado sob a tríplice égide da factualidade, da narratividade linear e da restrição temática imposta pela história política tradicional. Essa configuração tradicional, aliás, corresponderia de resto ao mesmo modelo que postulava “reconstituir” o passado, ao passo que a história-problema dos Annales propõe, ao contrário, “reconstruir” o passado – e reconstruí-lo em cada presente. Essa e aquela palavra – “reconstituir” ou “reconstruir” – não são gratuitas, nem isentas de implicações. O “problema” e é essa a ideia que está por trás dessa última expressão, é precisamente o elemento em torno do qual se dá a reconstrução. Trata-se de reconstruir o vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador. Para além disso, trabalhar com um “problema” pressupõe o gesto de reconhecer e explicitar para os leitores os conceitos e fundamentos que estão por trás do problema e das escolhas historiográficas e não esconder esses conceitos dos olhos do leitor, de modo a forjar o mito da neutralidade. Tudo na história-problema deve ser explícito: também as fontes, os métodos, e mesmo o lugar de onde o historiador se pronuncia. Além disso, na historiografia da “história-problema”, também as hipóteses adquirem uma especial importância e é por isso que, no texto atrás transcrito, Febvre recomenda aos seus que partam para o trabalho “com uma boa hipótese em mente”.

Ato contínuo à instituição de uma história-problema, conforme vimos ao discorrer sobre a sua oposição à história

factual, é a necessidade de instituir uma nova noção de “fato histórico”, por oposição à noção do fato histórico como uma espécie de “átomo da história”.¹⁸ No historicismo mais tradicional (o historicismo dos piores rankeanos e de alguns dos manuais de fins do século XIX) o fato histórico parece existir externamente à ação do historiador e dá ares de se encontrar objetivamente instalado no documento histórico. Essa noção do fato como um dado a ser buscado, ao invés de ser construído, aparece implícita ou explicitamente em manuais como o de Bernheim (1889) ou o de Seignobos e Langlois (1898), e ainda aparecerá no tardio manual de Louis Halphen (1946), atrás citado, e que foi duramente criticado por Febvre em uma resenha e por Fernando Braudel em seu artigo sobre a “Longa duração” (1958). De acordo com alguns dos metódicos e sob o prisma o setor mais retrógrado do historicismo, a dupla crítica documental – externa para assegurar a autenticidade do documento, e interna para confirmar a autenticidade da informação – seria suficiente para recuperar esse fato histórico projetado na documentação. A partir daí, bastaria encaminhar uma operação de ordenamento cronológico, e os fatos praticamente fariam por si mesmos, bastando ao historiador cumprir esse papel de mediação – de operador técnico que a partir de operações muito precisas permite que se reconstitua o processo histórico.¹⁹

Se a operação historiográfica é regida por um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da história por ela liberados,

todo fato histórico passa a ser consequentemente uma construção do historiador. O que pode instituir como fato histórico essa ou aquela informação, aquele dado ou este outro aspecto da realidade vivida que encontrou registro em fontes diversas, é o problema proposto pelo historiador, o recorte histórico por ele construído, para não falar do horizonte teórico constituído. Jacques Le Goff, no prefácio para *Nouvelle histoire* (1978), evoca mais uma vez Bloch e Febvre, para retomar a ideia de que o fato histórico é construção do historiador.

Não há realidade histórica que funcione como um chavão e que se proponha ao historiador por si mesma. Como todo homem de ciência, o historiador deve, segundo as palavras de Marc Bloch, “diante da imensa e confusa realidade”, fazer “sua escolha” – o que, evidentemente, não significa nem a arbitrariedade nem a simples colheita, mas a construção científica do documento [...]. [O fato histórico] é [agora segundo Febvre] “algo inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e de conjunturas, por um trabalho delicado e apaixonante” (LE GOFF, Prefácio para a *Nova história*, 1978) (LE GOFF, 2011, p. 138).²⁰

Os *Annales* e os historiadores da *Nouvelle histoire*, assim como a quase totalidade dos historiadores contemporâneos que participaram da grande renovação historiográfica do século XX, empenharam-se a enxergar o fato histórico de uma nova maneira. Em primeiro lugar como construção do próprio historiador – aspecto incontornável – em segundo lugar, buscando conceber a partir de novos ângulos esse fato construído, assim como também se conscientizavam de que era preciso olhar de

novas maneiras para os grandes acontecimentos que, por razões a serem analisadas e problematizadas, produziram grandes ressonâncias nas sociedades que deixaram seus registros. Conforme assinala Pierre Nora, encarregado de discorrer sobre “O retorno do acontecimento” na coletânea dos novos Annales intitulada *Faire d l’histoire* (1974), “o acontecimento testemunha menos pelo que traduz pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura” (NORA, 1988, p. 188). A eleição desse tema para participar da primeira grande coletânea dos novos historiadores dos Annales (a segunda ocorreria em 1978, com *A nova história*) mostra que a questão do “fato histórico”, incluindo os fatos políticos, já produzia novas demandas na época dos terceiros Annales. Já não era possível apenas rechaçar o “fato” como algo menor, “mera espuma das ondas que se elevam sobre as correntes profundas”, ou como “mero piscar de vagalumes na noite escura”, conforme as famosas metáforas de Fernando Braudel.²¹

É preciso frisar ainda que, para além da oposição da história-problema dos Annales à velha tríade siamesa do factual, da narrativa e da política tradicional, os historiadores annalistas também se empenharam em distanciar a sua história problema dos “falsos problemas”. O anti-ídolo, aqui, foi o historiador inglês Arnold Toynbee, que na década de 1930 começara a fazer bastante sucesso com a sua *História das civilizações*. Para Febvre, Toynbee discorria sobre falsos problemas. Jacques Le Goff, incorporando essas críticas, assim

resume a posição de Febvre com relação a Toynbee, por ocasião do seu prefácio-manifesto à *História nova* (1978):

[Para Toynbee] existem, desde o início da humanidade, 21 civilizações, as quais passam por três fases sucessivas de gênese, maturidade e declínio, segundo uma lei de challenge et response, capacidade de responder aos estímulos interiores e exteriores. Vocabulário e pensamentos vagos que assimilam abusivamente “sociedade” (nem todas, claro, pois Toynbee conta 650 sociedades primitivas que, para ele, não conseguiram chegar ao nível de “civilização”) e “civilização”, uso indiscriminado de um método comparativo grosseiro, fundado em numerosos anacronismos, no recurso a metáforas e a um pensamento “vitalista”, que data “de ontem, quando não de anteontem”, na arbitrariedade do recorte das civilizações em *numerus clausus* e, por fim, duas críticas capitais: por um lado, uma história ilusionista, de prestidigitador, que faz com que as civilizações desfilem “como quadros de um melodrama”, e, por outro, uma filosofia da história, e não uma história científica (LE GOFF, prefácio para *A nova história*, 1978) (LE GOFF, 2011, p. 139-140).²²

A história-problema, portanto, coloca-se também em oposição a uma “história-conjectura”. Além de ser problemática, ela deve seguir sendo uma história científica. Retornemos, ainda, à questão da oposição entre história-problema e história política, uma vez que a demonização da história política tradicional pela história-problema traz ainda uma importante implicação, uma vez que os fatos históricos agora não mais se restringem ao mundo político, uma vez que as problematizações propostas pelo historiador dizem também

respeito à cultura, à economia, aos modos de pensar e de sentir, aos movimentos demográficos. Um célebre dito de Karl Marx, que afirmara que “tudo é história” – no sentido de que nada escapava ao movimento da história – era agora reapropriado, pelos Annales e por outras correntes da moderna historiografia, para significar que tudo era legítimo de ser estudado pelo historiador e não apenas aquele pequeno setor da dimensão política de uma sociedade que correspondia à história da política tradicional, da guerra, da diplomacia e das elites políticas, universo ao qual se restringiam muitos dos historiadores ligados ao historicismo mais tradicional.

Abstract

This article aims to examine the Annales Movement attempting to one of its principal's programmatic items: the Problem-History. The critics of the historians of the Annales Movement against the factual history, the traditional political history, and the narrative history are examined in authors as Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Jacques Le Goff and others. Besides the opposition between Problem-History and factual history, it is also discussed the opposition between problem-history and conjecture-history.

Keywords: Annales. Historiography. Problem-history.

Resumen

Este artículo visa examinar el movimiento de los Annales observando uno de sus elementos programáticos principales: la Historia-Problema. Las críticas de los historiadores del movimiento de los Annales en contra la historia factual, la historia política tradicional y la historia narrativa son examinadas en autores como Lucien Febvre, Marc Bloch y otros. Al lado de la oposición entre historia-problema e historia factual, también es discutida la oposición entre historia-problema e historia-conjetura.

Palabras clave: Annales. Historia-problema. Historiografía.

Notas

- ¹ Na *Apologia da história* (1941-1942), Marc Bloch parece reconhecer o convívio entre estes vários sentidos na “fórmula do velho Ranke”, como ele a chama: “Como muitas máximas, esta talvez deva a sua fortuna apenas à ambigüidade. Podemos ler aí, modestamente, um conselho de probidade: este era, não se pode duvidar o sentido de Ranke. Mas também um conselho de passividade” (BLOCH, 2001, p. 125).
- ² Michelet, autor que foi definido pela terceira geração dos Annales como um dos principais precursores dos velhos Annales, é autor de um trecho que aparece transcrito e comentado no prefácio-manifesto de Jacques Le Goff para a coletânea *A nova história* (1978). Neste prefácio, Le Goff mostra que Michelet já era uma espécie de precursor da perspectiva da história total, e também um crítico da tradicional história política. Eis o trecho de autoria de Michelet: “[Antes dele, o próprio Michelet] [a França] possuía anais, e de modo algum uma história. Homens eminentes a tinham estudado, sobretudo do ponto de vista político. Ninguém havia penetrado nos infinitos detalhes dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa,

econômica, artística, etc.). Ninguém a havia ainda abarcado na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui eu o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa...” (MICHELET, *Histoire de France*, 1833-1867). A metáfora da França como uma pessoa, obviamente, é apenas uma imagem que pretende chamar atenção para a necessidade de apreendê-la como uma unidade viva, atravessada por uma “vida integral” (palavra utilizada por Michelet na sequência deste mesmo texto). No entanto, não seria difícil alguém isolar a frase (“Fui eu o primeiro a ver a França como uma alma e uma pessoa”) para dizer que ela seria um bom exemplo das metáforas organicistas ao gosto dos sociólogos positivistas do século XIX. Mas este não é o caso de Le Goff, que separa Michelet, e alguns outros poucos historiadores oitocentistas, daquela historiografia factual e conservadora que logo seria rechaçada pelos primeiros Annales. Michelet fora convocado neste prefácio de Le Goff para compor o seletivo grupo dos precursores dos Annales, e por isso a sua frase era colocada no seu correto sentido metafórico.

³ Este texto de Febvre é publicado pela primeira vez em 1946, e republicado em 1953 para fazer parte dos *Combates pela história*.

⁴ Em outra passagem desta mesma obra, Nietzsche utiliza para os historiadores factuais, recolhedores de fatos, a imagem do “operário”: “Porém, não se deve desprezar de todo os operários que carregam, acumulam e selecionam os materiais da história, até porque eles jamais se tornarão grandes historiadores; não se deve também confundir-los com estes últimos, mas vê-los como auxiliares e operários necessários a serviço dos mestres de obras. Foi nesse espírito, por exemplo, que os franceses costumavam falar, com uma ingenuidade que não seria possível entre os alemães, dos ‘historiadores do senhor Thiers’. Foi dito que estes operários poderiam chegar a ser grandes eruditos, mas por isso mesmo jamais poderiam chegar a ser mestres. Um grande erudito e um idiota, estes são personagens que podem ser facilmente encontrados sob um mesmo teto” (NIETZSCHE, 2005, p. 127).

⁵ Dado o enorme sucesso da História como campo disciplinar aceito nas universidades desde o início do século XIX, e em função da projeção de historiadores em boa parte dos governos nacionais europeus, além do extraordinário sucesso das obras de história entre os leitores, desde

então o século XIX foi chamado pelos seus próprios contemporâneos de “século da história”. A expressão já aparece referida em Thierry, um dos principais historiadores franceses da época. E Nietzsche já criticava, de sua parte, o “excesso de história” daquele século (1873).

⁶ A essa altura, Febvre já morrera, e Braudel reinava quase absoluto, talvez ao longe secundado pela forte influência de Ernst Labrousse, no período que é considerado o da segunda geração dos Annales.

⁷ Esse trecho do manual de Louis Halphen é reproduzido por Fernando Braudel em seu artigo “A longa duração”, publicado na revista dos *Annales* em 1958, e mais tarde incluído na coletânea *A escrita da história* (BRAUDEL, 1978, p. 46; BRAUDEL, 2011, p. 92).

⁸ Na mesma sequência, Marc Bloch prossegue acrescentando que “toda investigação histórica pressupõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção”.

⁹ *A Apologia da história*, de Marc Bloch, foi escrita entre 1941 e 1942, quando o historiador francês militava clandestino em favor da resistência contra a ocupação nazista em seu país; mas teria de esperar sete anos para ser publicada, em 1949, cinco anos depois da morte de seu autor. Enquanto isso, Louis Halphen escrevera e publicara em 1946 o seu pequeno manual, objeto do sarcasmo de Febvre e do posterior desprezo de Braudel. No ano seguinte à publicação tardia da *Apologia da história*, de Marc Bloch (1949), Louis Halphen faleceu.

¹⁰ Logo na abertura de sua resenha sobre o livro *Introdução à história*, de Louis Halphen (1946) – uma resenha que foi publicada por Febvre em 1947 e depois incorporada aos *Combates pela história* (1953) – Lucien Febvre dá a entender que Halphen, já àquela altura um historiador de 66 anos, nada havia mudado desde os 46 anos de sua formação: “Assim como o encontramos em seu posto de honra, assim estava ele ao sair da École des Chartes: o paladino convencido dessa forma de história que Henri Berr batizou de modo feliz de história historizante. A ela Louis Halphen consagrou a sua vida” (FEBVRE, 1978, p. 103). Os últimos historiadores historizantes, nos meados do século XX, eram homens como Halphen: historiadores idosos que não haviam conseguido se adaptar a um padrão que já era perfeitamente dominante. Difícilmente poderia ser encontrado por aquela mesma época um historiador das novas gerações que já não fizesse uma história problematizada. No século

XIX, também iremos encontrar muitos historiadores problematizadores. Mas certamente encontraremos uma boa mão de historiadores factuais que não sofriam maiores admoestações.

¹¹ Halphen, ao que parece, já era tomado como diabo útil para a Nova história e para as novas ciências sociais desde 1911, pois Febvre cita em seu texto uma passagem na qual Henri Berr já evocava Halphen como exemplo de “historiador historizante” (FEBVRE. 1978, p. 104).

¹² Um estudante de história, nos dias de hoje, pode até não ter sucesso em desenvolver uma boa história problematizada, em função de menor talento para propor questões e hipóteses, levantar os devidos debates historiográficos ou trazer ao seu trabalho uma adequada base teórica. Futuramente, este ou qualquer outro aluno poderá mesmo aceitar encomendas de historiografia factual, o que não é raro na comunidade historiográfica. Mas talvez não encontremos um só aluno que termine o seu curso de graduação em história acreditando que o historiador factual pode ser um dos modelos defensáveis para a sua carreira. Questões como a da problematização em história, da imperiosidade de evitar anacronismos, da construção do fato histórico, ou da contextualização dos documentos, entre outras, estão por demais entronizadas na comunidade historiográfica, no ensino de história, e na matriz disciplinar deste campo de saber. Não é possível ignorar essas questões, não assumi-las como um historiador contemporâneo. Dificilmente encontraremos alguém que, tendo se formado em História, bata nos peitos afirmando ser um “historiador factual”, ou que declare que a função da história é só contar os fatos tais como aconteceram. Em uma palavra, com muita dificuldade encontraremos ainda algum historiador profissional que professe uma “concepção factual da História”. A figura do historiador factual foi banida para a periferia atmosférica dos fantasmas que rondam nosso campo de saber, sem a possibilidade de entrar, pelo menos nesta Era Historiográfica. Em contrapartida, é interessante observar que predomina precisamente uma “concepção factual da História” na maior parte das pessoas comuns – isto é, as pessoas que não estudaram História como um campo de saber, nas universidades, ou que não se aproximaram das obras teórico-metodológicas dos historiadores profissionais. O homem não informado ou formado em História tende a imaginar que o trabalho dos historiadores é mesmo recolher os fatos, narrar as coisas como aconte-

ceram, descobrir a verdade definitiva sobre os acontecimentos (sendo que só pode haver, neste caso, uma única verdade histórica sobre processos históricos como a Revolução Francesa ou o Nazismo).

¹³ A associação da história-problema como uma história que se constrói através de hipóteses também aparece na *Apologia da história*, de Marc Bloch. Nesta, a história é entretida com hipóteses porque é uma ciência. Para esta questão, Marc Bloch evoca o livro *A ciência e a hipótese*, de Poincaré (1902).

¹⁴ Neste artigo, sempre falaremos em uma “história política tradicional” para nos referirmos a uma visão historiográfica mais estreita deste complexo campo histórico que é o da história política, este mesmo que segue nos dias de hoje (na verdade sem nunca ter se interrompido) como uma modalidade historiográfica importante. A questão é que, no século XIX, as atenções temáticas se voltavam para uma faixa muito estreita dos objetos possíveis a uma história política plena. O poder institucional e estatal, muitas vezes trabalhado descritivamente, as lutas entre nações e o movimento da diplomacia, a história dos grandes políticos como “grandes homens” – a história política tradicional muitas vezes se limitava a estas zonas temáticas. Menos do que uma “história política” no sentido pleno, era muito mais uma “história [da] política” – isso é, uma história da política oficial, ou dos próprios políticos “importantes”. No século XX a história política amplia de maneira extraordinária o universo de seus interesses temáticos, particularmente após as grandes guerras. Deste modo, não é a uma história política como esta que os *Annales* se referem, e nem aquela contra a qual apontam o seu programa. Diversos historiadores dos *Annales* iriam escrever, oportunamente, uma nova história política, adaptada aos novos tempos. Marc Bloch chega mesmo a considerar seus *Reis taumaturgos* (1922) como uma história política deste novo tipo.

¹⁵ Este debate ficou conhecido, na Alemanha de fins da década de 1880, como polêmica “Schäfer contra Gothein”.

¹⁶ André Burguière, o historiador da terceira geração dos *Annales* que foi mais autocrítico em relação à sua e às gerações anteriores do movimento, condena a “lacuna lamentável” que fora produzida pela rejeição dogmática do político. Em seu verbete sobre a “Escola dos *Annales*” do *Dicionário das ciências históricas* (1986), discorre sobre esta ausência do político na historiogra-

fia dos Annales, que “fazia com que se corresse o risco de fortalecer uma visão hipermaterialista ou resignada da história, na qual a ação dos homens, sua capacidade de dar sentido aos conflitos, à mudança, seriam invariavelmente anuladas pela força das coisas” (BURGUIÈRE, 1993, p. 53). Na verdade, uma análise da historiografia do movimento permite observar como um grupo significativo de historiadores políticos começa a se afirmar de modo especialmente relevante com a terceira geração dos Annales.

¹⁷ O texto de Pierre Nora ao qual Le Goff se refere é “O retorno do fato”, publicado no volume “Novos problemas” da obra coletiva da Nouvelle Histoire em 1974: *Faire de l'histoire*. No Brasil, esta coletânea foi publicada com o título *História – novos problemas, novas abordagens, novos objetos* (1988, v. III, p. 179-183).

¹⁸ Febvre utiliza essa imagem para criticar a ideia do fato como “um pretensão átomo da história”, em um dos artigos de seus *Combates pela história* (1953, p. 6). Podemos ainda lembrar que outras críticas à definição de “fato histórico” foram encaminhadas antes dos Annales. Guizot, historiador da primeira metade do século XIX, que é lembrado por Le Goff no prefácio para a *História Nova* (1978), criticara a restrição temática dessa noção em muitos dos historiadores de sua época: “Há algum tempo, fala-se muito, e com razão, da necessidade de encerrar a história nos fatos, da necessidade de contar; nada de mais verdadeiro. Mas há muito mais fatos a contar, e fatos bem mais diversos do que podemos ficar tentados a crer à primeira vista: há fatos materiais, visíveis, como as batalhas, as guerras, os atos oficiais dos governos; há fatos morais, ocultos, que nem por isso são menos reais; há fatos individuais que têm um nome próprio; há fatos gerais, sem nome, aos quais é impossível atribuir uma data precisa, que é impossível conter em limites rigorosos, e que nem por isso deixam de ser fatos como os outros fatos históricos, que não podem ser excluídos da história sem causar mutilações [...]” (GUIZOT, primeira aula do *Curso de história moderna*, apud LE GOFF, 2011, p. 148-149). Sobre Guizot e seu momento, ver ROSANVALLON, 1985.

¹⁹ Febvre assim se refere, sarcasticamente, a essa ideia de “fato histórico”: “Porque, enfim, os fatos [...]. E a que denominam você fatos? Que colocam vocês atrás desta pequena palavra, “fato”? Pensam acaso que eles são dados à história como realidades substanciais, que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo, e que se deve

simplesmente desenterrar, limpar e apresentar à luz do dia aos nossos contemporâneos?” (FEBVRE, 1978-1, p. 105). Mais adiante, Febvre afirma: “Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos previamente, em todos os sentidos da palavra ‘escolhido’ (e eles não podem deixar de ser escolhidos por ele) – é uma ajuda técnica. Que pode, aliás, ser excelente. Mas não é um historiador” (FEBVRE, 1978a, p. 106). Essa ideia, aliás, é muito próxima de uma passagem da IIª Consideração Intempestiva de Nietzsche: “Os operários que acumulam e selecionam os materiais da história [...] jamais se tornarão grandes historiadores; não se deve também confundi-los com esses últimos, mas vê-los como auxiliares e operários necessários a serviço do mestre de obras (NIETZSCHE, 2005, p. 127).

²⁰ As críticas de Febvre contra Toynbee e Spengler foram feitas em um texto publicado em 1936 com o título “Contra duas filosofias oportunistas da história: Spengler e Toynbee”. Mais tarde, esse texto foi incorporado aos *Combates pela história* (FEBVRE, 1978b, p. 130-155).

²¹ O texto de Pierre Nora sobre “o retorno do fato” revela as dificuldades de um historiador formado na rigorosa crítica à factualidade, a cargo do mestre Braudel, diante das novas demandas de considerar o papel do acontecimento na história. Pierre Nora não foi, entre os historiadores dos *Novos Annales*, um dos que revelou mais potencial de renovação. Aqui, ele luta para adaptar a sua tarefa de percorrer sobre o acontecimento, demanda desses novos tempos que iria se intensificar ainda mais nos anos 1980, com as velhas lições que marcaram a sua formação. Empenha-se ao máximo em ajustar suas reflexões sobre “o retorno do fato” com os modelos da história estrutural e da história quantitativa: “Pois que, independente do que possa parecer, o desdobramento de um acontecimento não tem nada de arbitrário. Se não é seu aparecimento, pelo menos seu surgimento, seu volume, seu ritmo, seus encadeamentos, seu lugar relativo, suas sequelas e seus saltos obedecem a regularidades que dão aos fenômenos aparentemente mais longínquos um certo parentesco e uma morna identidade” (NORA, 1988, p. 190).

²² Fernando Braudel, em um texto intermediário entre o de Lucien Febvre (1936) e o de Le Goff (1978), também criticou Toynbee, em um arti-

go sobre autores que abordaram “A história das civilizações” (1978, p. 252-262). Apesar das críticas, que continuam frontais, admite algumas qualidades na monumental obra de Toynbee, sobretudo qualidades literárias e informativas.

Referências

- BERNHEIM, E. (1937). *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona: Labor [original, 1889].
- BLOCH, M. (2001). *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar [original, 1941-42].
- BOURDIEU, P. (1986). *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, p. 62-69. Paris.
- BRAUDEL, F. (2011). História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: NOVAIS; SILVA (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 87-127 [original, 1958].
- _____. (1978a). *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva [original, 1969].
- _____. (1978-b). A história das civilizações: o passado explica o presente. *Escritos Sobre a História*, São Paulo: Perspectiva, p. 235-288 [original, 1959].
- BURGUIÈRE, A. (1993). Annales. In: *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago [original, 1986].
- DOSSE, F. (2001). *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp.
- DROYSEN, J. Gustav. (2009). *Historik: [manual de teoria da história]*. Petrópolis: Vozes [original, 1858].
- DUBY, G. (1988). *Guilherme Marechal – ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal [original, 1984].
- EHRARD, J.; PALMADE, G. P. (1964). *L'histoire*. Paris: Armand Colin.
- FEBVRE, L. (1946). Sur le livre La Paix Armée de Roubaud. *Annales ESC*, v. 1, n. 3. p. 282-284, Paris.
- _____. (1953c). *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin.
- _____. (1978a). Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante. In: MOTA, C. G.; FERNANDES, F. (Org.). *Febvre*. São Paulo: Ática. p. 103-107 [original, 1947].
- _____. (1978b). Duas filosofias oportunistas da história: de Spengler a Toynbee. In: MOTA, C. G.; FERNANDES, F. *Febvre*. S. Paulo: Ática. p. 130-155 [original, 1936].
- _____. (2011a). Face ao Vento: manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify. p. 75-85 [original, 1946].
- _____. (1978a). Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante. In: MOTA, C. G.; FERNANDES, F. (Org.). *Febvre*. São Paulo: Ática. p. 103-107 [original, 1947].
- _____. (1978b). Duas filosofias oportunistas da história: de Spengler a Toynbee. In: MOTA, C. G.; FERNANDES, F. *Febvre*. S. Paulo: Ática. p. 130-155 [original, 1936].
- HALPHEN, L. (1946). *Introduction à l'histoire*. Paris: PUF.
- HILL, Ch. (2001). *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras [original, 1970].
- LANGLOIS, Ch-V.; SEIGNOBOS, Ch. (1946). *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença [original, 1898].
- LE GOFF, J. (2011). A história nova. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify [original, 1978].
- _____; NORA, P. (Org.) (1988). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. p. 68-83 [original, 1974].

_____. (1996). Entrevista concedida a Hughe Salord e Anne Rapin. *Ciências Humanas*, 24.

_____. (1999). *São Luís*. Rio de Janeiro: Record [original, 1996].

NIETZSCHE Friedrich. (2005). Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: *Escritos sobre a história*. Rio de Janeiro: Loyola [original, 1874].

NORA, P. (1988). O retorno do acontecimento. In: NORA, P.; LE GOFF, J. (Org.). *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 179-183 [original, 1974].

POINCARÉ, H. (1988). *A ciência e a hipótese*. Brasília: UnB [original, 1902].

ROSANVALLON, P. (1983). *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard.

ROUBAUD, A. (1946). *La Paix Armée (1871-1914)*. Paris: Armand Colin.